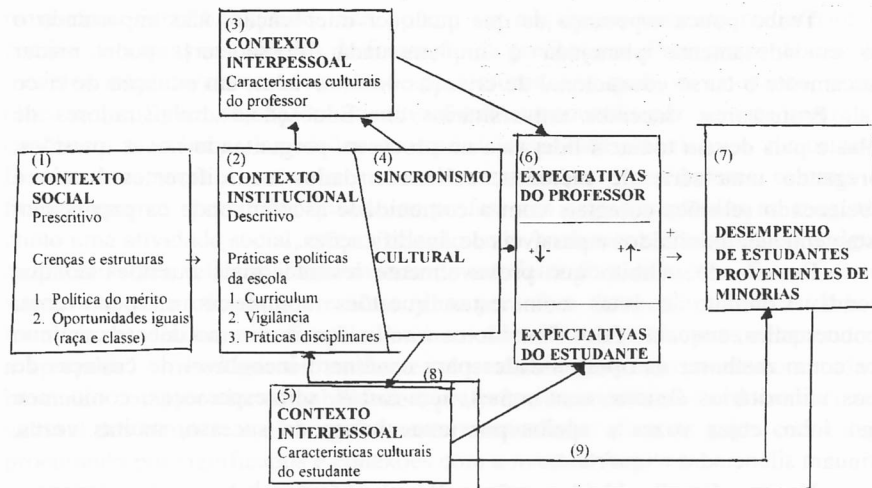


UM MODELO DE PROCESSO PARA O DESEMPENHO DE ESTUDANTES PROVENIENTES DE MINORIAS



Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas

Michel Pêcheux

Tradução: Faustino Mahcado daSilva¹

Orientação e Revisão: Elsa Maria Nitsche Ortiz e

Patrícia Chittoni Ramos²

Este texto constitui a versão atualizada de uma comunicação apresentada no seminário do DRLAV³. O título proposto inicialmente era: *Considerações epistemológicas sobre os processos de constituição das teorias lingüísticas*. Cabe dizer que não tratei o assunto...

– primeiramente porque o termo *epistemologia*, suspeito recentemente de terrorismo político-filosófico, hoje veicula a idéia tranquilizadora de uma “intervenção” especializada na criação de anteparos – prevenções filosóficas, desenvolvimento de precauções metodológicas, e mesmo a apresentação de um instrumental conceitual que se pretende adaptado à interpretação e à avaliação formal das teorias. Não tenho possibilidade nem vontade de me dedicar a esse tipo de exercício.

– mas sobretudo porque a expressão *processo de constituição*, aplicado ao espaço das teorias lingüísticas no contexto atual me causa estranhamente o efeito de uma antífrase irônica: daí a idéia, um pouco provocadora, de apresentar algumas observações sobre as *tendências à desconstrução das teorias no campo lingüístico*.

O procedimento utilizado consiste em tentar estabelecer (a respeito de algumas referências: Saussure/os anos 20/os anos 50/o período 1960-1975/o começo dos anos 80), aproximações entre pontos da história epistemológica da disciplina lingüística, e certos traços do processo histórico global no qual essa história se inscreve: a idéia é que essa inscrição pode contribuir para explicar as mudanças de afinidade epistemológica da lingüística, as transformações que afetaram sua rede de alianças teóricas no campo das disciplinas “exatas” e “humanas e sociais”, até a situação atual.

¹ Instituto de Letras – UFRGS.

² Instituto de Letras – UFRGS.

³ Revista de Lingüística - Rua Mousset-Robert, 26, tel 75012, Paris (N. do T.).

1. “E SAUSSURE FICAVA SOZINHO COM SEUS PROBLEMAS ...”
(Benveniste).

Aqui só pode se tratar de uma detecção ultra-esquemática de alguns *pontos sensíveis*, tomados da história epistemológica da linguística⁴.

1.1. No final da conferência que ministrou em Genebra em 22 de fevereiro de 1963, para comemorar o cinquentenário da morte de Ferdinand de Saussure, Emile Benveniste evocava pudicamente a observação nostálgica de Meillet (Saussure, enquanto vivo, não teria “cumprido todo o seu destino”) e concluía:

“Reverso esse meio século passado, podemos dizer que Saussure cumpriu bem o seu destino. Para além da sua vida terrestre, suas idéias brilham mais do que ele poderia imaginar, e esse destino póstumo tornou-se uma espécie de segunda vida, que agora se confunde com o nosso destino” (1966: 45).

A frase de Benveniste é uma alfinetada no corpo acadêmico da ciência linguística dos anos 80; vinte anos depois ela atinge em todo lingüista – porque não existe hoje lingüista que não lhe deva alguma coisa” (Benveniste 1966: 32) – um ponto sensível sob sua insensibilidade, sua aparente falta de atualidade: o ponto inaugural da linguística como disciplina autônoma.

“No que concerne à língua, (Saussure) pressente certas propriedades que não se encontram em nenhuma outra parte. Comparada a qualquer outra coisa, a língua surge sempre como algo diferente. Mas, em que é ela diferente? Considerando essa atividade, a linguagem em que tantos fatores são associados, biológicos, físicos e psíquicos, individuais e sociais, históricos, estéticos, pragmáticos, pergunta-se: onde está propriamente a língua?” (Benveniste 1966: 33).

Por essa questão Saussure se dispunha a *pensar contra seu tempo*, rompendo com uma série de interrogações pré-lingüísticas, sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas (cf. os múltiplos projetos de gramáticas universais, os debates sobre a unidade originária das línguas e sua divisão, os projetos da gramática comparada e as querelas sobre a relação entre a língua e “a vida” dos indivíduos e dos povos).

Ora, o que manifesta o atual estado da linguística é que esse ponto inaugural permanece *evanescente* e que a ruptura suposta por ele não é *já mais efetuada*: contra a proclamação triunfante de Benveniste, garantindo que a linguística está hoje constituída em sua identificação teórica com seu bem aventurado fundador e que só lhe resta reconhecer e explorar seu domínio próprio (o próprio da língua, seu *real* no sentido que J. C. Milner confere a esse termo), resulta que o destino da linguística saussuriana *não se cumpriu* (ainda “um destino tão funesto”⁵).

⁴ Para uma apresentação mais ampla de tal tentativa de “acupuntura” no corpo histórico da linguística, cf. Gadet & Pêcheux (1981).

⁵ Trata-se do título de uma obra de F. Raustang, consagrada a uma reflexão acerca da conjuntura lacaniana e pós-lacaniana em psicanálise.

O efeito Saussure não constitui, sob nenhum aspecto, um caminho sem volta: a prova disso é a pequena quantidade de lingüistas para os quais o empreendimento saussuriano representa algo diferente de uma esperança negada, um projeto irrealizado ou mesmo um amor teórico transformado em ódio. O grosso das forças da linguística está nesse momento “contra Saussure” (associado à legislação de um mestre-escola-atrás-de-sua-escrivania), e inveja a sociologia, a lógica, a estética, a pragmática ou a psicologia...

Com efeito, o evento-advento da ciência linguística (que, como todo grande evento surgiu “sobre patas de pomba” (Nietzsche, citado por Benveniste (1966: 45))) não cessou, desde a origem, de se negar através de uma alternância de *diásporas* reais e de *reunificações* enganosas, remetendo, talvez no pensamento do genebrino, à inclinação interna de seu auto-recobrimento⁶.

1.2. A primeira diáspora surge com os anos 20: a linguística saussuriana vai errar do círculo de Moscou (onde é introduzida a partir de 1915, por Jakobson e Karcevski) ao círculo de Praga, depois irá obcecar Viena e Copenhague. Através dessa dispersão produz-se uma espécie de *difração epistemológica* que distribui, de um lugar a outro, diferentes interpretações sociologistas, logicistas ou psicologistas das intuições saussurianas: em Moscou, os primórdios do formalismo estrutural, mas também o início de uma sociologia da linguagem, de inspiração plekhanoviana; em Praga, a fundação da fonologia e o desenvolvimento de investigações abertas à escrita literária, mas também o contato com o psicologismo das teorias da Gestalt; em Copenhague, por último, o projeto explícito de construir uma lógica semiótica do signo.

1.3. Os anos 50 dão a aparência de uma reunificação, na qual a teoria saussuriana teria finalmente atingido seu regime de cruzeiro: a “segunda vida” de Saussure parece se confundir com a da linguística enquanto disciplina acima de qualquer suspeita: do funcionalismo de Martinet às teorias behavioristas da comunicação, o pensamento de Saussure se estende até o estruturalismo distribucional de Bloomfield: “Talvez seja útil situar nesse ponto de vista uma das escolas estruturalistas, a mais caracterizada nacionalmente, a escola americana, na medida em que ela invoca Bloomfield. Não é muito conhecido o fato de que Bloomfield tenha feito uma exposição bastante elogiosa do *Curso de linguística geral*, na qual, atribuindo mérito a Saussure pela distinção entre *língua* e *fala*, concluía: ‘he given us the theoretical basis for a science of human speech’ (Modern language, Journal, 1924: 8). Por mais diferente que tenha se tornado a linguística americana, ela nem por isso deixa de manter um vínculo com Saussure” (Benveniste, 1966: 43).

⁶ “Saussure pensa perder sua reputação de estudioso por ter acreditado reconhecer anagramas”, observa Milner (1982: 336).

Efetivamente, de Bloomfield a Harris, e deste aos primeiros trabalhos de Chomsky, a herança do estruturalismo saussuriano parecia encaminhar-se para suas melhores condições de realização no nível sintático através da espetacular reprise, dos fundamentos teóricos que Saussure havia formulado no plano fonológico e morfológico; o momento “galileano” da ruptura (cf. Haroche & Henry & Pêcheux, 1971) parecia desembocar (sob a forma de um projeto de construção formal da sintaxe) na refusão matemática “newtoniana”, transformação diante da qual o behaviorismo funcionalista balançava progressivamente em um desequilíbrio irremediável.

1.4. Ora, essa unidade acadêmica da lingüística pós-saussuriana iria de novo fragmentar-se no início dos anos 60, sob o efeito de dois processos *a priori* independentes, desenrolando-se contudo simultaneamente, em uma quinzena de anos:

- o desenvolvimento da hegemonia *teórica* da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT), face às posições *institucionais* assumidas no período anterior pelas diferentes tendências funcionalistas (protegidas ou não pelo rótulo do estruturalismo lingüístico, elas continuaram muito amplamente a “manter o terreno”, nos Estados Unidos e Europa):

- O surgimento, na França, de uma nova corrente filosófica, epistemológica e politicamente bastante heterogênea, mas que constituiu seu espaço pela referência a três nomes próprios fundadores e à (re)-leitura de suas obras: Marx, Freud e... Saussure.

A própria designação dessa nova corrente como *estruturalismo* manifesta a posição-chave que o novo materialismo da estrutura atribuía à lingüística enquanto “ciência-piloto”.

A (re)-leitura de Saussure foi um dos agentes principais do movimento. O desafio lingüístico não era pequeno: tratava-se de separar a lingüística do funcionalismo sóciopsicologista, apoiando-se notadamente nos trabalhos de Jakobson e de Benveniste.

Do ponto de vista filosófico, disso resultou sobretudo a produção de uma impressionante série de filosofemas (tais como as noções de significativo, de estrutura combinatória, de sistema sincrônico de diferenças destituídas de termos positivos, de distribuição de posições, funções e lugares, de causalidade estrutural presente na série de seus efeitos etc...). Os trabalhos de Lévi-Strauss, Lacan, Althusser, Foucault, Derrida... materializaram, sob diversas formas, os efeitos desse novo dispositivo filosófico.

No terreno próprio da linguagem, em sua relação com a língua, o texto e a fala, o efeito desse *retorno às fontes* se distribuiu, com conseqüências diversas, entre uma reflexão “semiológica” sobre o espaço literário (Barthes, Kristeva...) e também a constituição de posições originais no campo institucional das próprias pesquisas lingüísticas: entre essas posições, a de A. Culioli, referindo-se à lógica de

Frege (cf. especialmente em Culioli, 1968) para confrontar as tradições lingüísticas francesas (Tessnière, Guillaume, Benveniste...) aos novos desafios da GGT, desembocando na elaboração de uma teoria formal da gramática capaz de *construir* os fenômenos enunciativos (ao invés de constatá-los, de comentá-los indefinidamente); e aquela posição de J. C. Milner, fazendo uma reflexão singular próxima da GGT, ao dedicar-se a discernir aquilo que, do interior dessa teoria, resiste ao seu desvio epistemológico interno, a essa opacificação do fato inconsciente da “*lalangue*”⁷ sob a construção racional da gramática de uma língua.

Nessa série de efeitos se inscreve também a emergência problemática daquilo que se convencionou chamar de *análise de discurso de tipo francês*, engajado inicialmente pelos trabalhos de J. Dubois: essa disciplina transversal em formação foi marcada fortemente pela conjuntura epistemológica que acaba de ser evocada.

O paralelismo dos dois eventos (a GGT nos Estados Unidos e na Europa/ o estruturalismo filosófico na França) durou toda a década dos anos 60, até a metade da seguinte. Ele explica, sem dúvida, por um lado, a resistência dos lingüistas franceses no que concerne ao chomskismo: por um entrecruzamento de razões contraditórias, a GGT quase não ultrapassou em nosso país o nível de uma vulgarização universitária de superfície, acompanhada por um misterioso funcionamento de seita de iniciados⁸.

As tentativas para inscrever o conceito de *transformação* no espaço do movimento estruturalista permaneceram, salvo exceções, na fase do jogo de palavras filosófico, aliás, de que Lacan teve a felicidade de “apontar” que o famoso enunciado “Colorless green ideas sleep furiously”⁹ constituía através

da aparência absurda de sua semântica literária, uma definição bastante boa dos processos inconscientes. Face à subversão teórica da Tríplice Aliança estruturalista (Marx - Freud - Saussure), que envolvia a antropologia, a história, a política, a

⁷ Em *O Amour de la Langue*, J. C. Milner reelabora esse termo lacaniano através de uma reflexão sobre o estatuto da disciplina lingüística, tomada “anfibiologicamente” entre as representações inscriteveis na “ciência dos símbolos possíveis, ou seja, a lógica” e a insistência na língua do “ponto de poesia” como efeito do inconsciente. *La Langue Introuvable* se apóia na reflexão de Milner para trabalhar contra as idéias recebidas, esse fato inaugural da GGT: a primeira teoria sintática a supor uma continuidade do gramatical e do agramatical, na medida em que ele *constrói* o gramatical diversamente do que gera uma relação de erro, desvio ou salto anormal. Mostra-se na mesma ocasião que Chomsky e os chomskianos não cessaram de esconder essa desconcertante descoberta, e que atingiram seus objetivos...

⁸ Inversamente, os efeitos do estruturalismo francês nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, praticamente não ultrapassaram, durante todo esse período, o círculo universitário dos departamentos de francês e de filosofia, bem como de alguns grupos políticos de esquerda, advertidos – às vezes de maneira extremamente precisa – da existência das teorias “parisienses”. Por razões bastante evidentes a “recepção” foi desde o início consideravelmente mais ampla e mais política em países como Itália e na América Latina.

⁹ Sabe-se que esse exemplo canônico da GGT foi declarado “agramatical” a partir da teoria proposta em *Aspects*, embora na *Structure syntaxique* Chomski tivesse mostrado-se mais prudente (sobre esse ponto, cf. Gadet & Pêcheux, 1981: 168-9).

escrita literária e a poesia nos âmbitos da lingüística e da psicanálise, as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso...

Por sua vez, as aplicações psicolingüísticas que delas se autorizavam (as experiências cercando com um cronômetro as transformações das árvores sintáticas no cérebro dos “sujeitos”...) constituíam um exemplo – caricaturalmente behaviorista – dessas mitologias empiristas com as quais o “materialismo estrutural” tinha resolvido romper em todos os campos.

Enfim, os diferentes funcionalismos sociopsicologistas, inscritos na linha das “sociologias da linguagem”, tinham conservado posições bastante sólidas para fornecer argumentos políticos a um antichomskysmo “de esquerda”, não hesitando em associar o estruturalismo, Saussure e Chomsky no mesmo ódio teórico.

1.5. O início dos anos 80 veio marcado por uma nova virada no regime das pesquisas lingüísticas. Ao longo dos últimos anos, diversos sinais se multiplicaram, manifestando simultaneamente o fim do materialismo estrutural à moda francesa (decomposto através de suas últimas repercussões contraditórias) e do chomskysmo como ele se desenvolveu nos últimos quinze anos (cf. Grünig, 1981).

Trata-se de algo mais do que uma coincidência? Essa simultaneidade entre o esgotamento do efeito-Saussure, pelo qual a lingüística perdeu progressivamente suas aparências de ciência-piloto no campo das Ciências Humanas e Sociais, e o bloqueio das pesquisas teóricas empreendidas pela GGT (essencialmente no domínio da sintaxe) justifica, em todo o caso, entre os lingüistas, a formação de um amplo consenso anti-saussuriano e anti-chomskysmo, repousando sobre a idéia (simples, mas eficaz!) de que a lingüística formal – e a pesquisa sobre os formalistas sintáticos em particular – é falaciosa e inútil, e que é mais do que urgente ocupar-se de *outra coisa*.

O fato de que o itinerário próprio à GGT tenha podido contribuir, sobre a base de um certo *recobrimento interno* da especificidade dos fatos sintáticos, deslocar cada vez mais o ponto de reflexão em direção à semântica e à lógica, depois, em direção à pragmática, constitui apenas uma prova suplementar diante desse consenso: a homenagem forçada do vício formalista às virtudes de um pensamento “aberto ao exterior”!

Sem interrogar mais a relação real entre Saussure e Chomsky – essa relação continua uma discussão fundamental da lingüística – não se pode deixar de sublinhar que eles ao menos partilharam a mesma preocupação obsedante de determinar “onde está o caráter próprio da língua”, embora essa obsessão pareça hoje embarçar mais de um lingüista. O amor pela língua tinha levado Saussure a recusar “os quadros e as noções que ele vê empregados em todos os lugares porque lhe parecem estranhos à natureza própria da língua (Benveniste 1966: 39). Não seria, ao contrário, um certo constrangimento (uma aversão inconsciente?) em relação ao *caráter próprio da língua* que hoje leva muitos lingüistas a se

precipitarem em direção aos quadros e às noções que vêm empregar em todos os lugares?

Não está se reconstituindo um novo consenso sobre a base de uma unidade negativa, desembocando em uma nova diáspora intelectual, que tende a remergulhar a lingüística em questões de biologia, de lógica e de psicologia (individual ou social)?

Como se as condições de autonomia epistemológica da lingüística enquanto ciência se achassem mais uma vez comprometidas historicamente... como se, novamente, Saussure ficasse sozinho com seus problemas!

2. “QUE ESTRANHO DESTINO, O DAS IDÉIAS...” (AINDA BENVENISTE!).

Estranha, com efeito, essa *série de retornos* que marca a história das idéias lingüísticas, através de suas relações com outras ciências (constituindo seu ambiente específico, seu “exterior” epistemológico) e também através da inserção em um processo mais vasto, ultrapassando a cena dos puros acontecimentos científicos.

Esse “estranho destino” contradiz ao mesmo tempo a concepção, de aparência racionalista, que supõe um desenvolvimento autônomo, retilíneo e cumulativo de um núcleo de conhecimentos do objeto língua, e a visão cética (oportunista ou pragmática) que reduziria a história da lingüística ao choque de algumas individualidades ou à oscilação arbitrária dos modos intelectuais: é preciso mesmo supor que essa disciplina está, de um modo que lhe é próprio, *exposta do seu próprio interior* aos efeitos complexos do processo histórico e político de conjunto que constitui o espaço no qual sua história se produz.

Mas, ao tentar pensar assim a lingüística “fora dela mesma” (cf. Gadet & Pêcheux, 1980) na história, não se arrisca perder de vista o *real próprio*, o qual se acaba de sustentar que ela discute?

As posições argumentadas em *La Langue Introuvable* constituem uma tentativa de contornar essa aporia, ao mostrar que a questão do “próprio” da lingüística (da especificidade do seu real) é indissociável daquela que faz parte das opções de apoio através das quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças.

Aventurar hipóteses (do tipo que são apresentadas abaixo) concernentes às determinações históricas que vêm “assinar” as sucessivas redes de afinidades da lingüística – dos anos 50 ao período atual – é, então, igualmente (não há porque dissimular) tomar posição acerca do real próprio à lingüística enquanto *real da língua*. As três proposições que seguem se limitam a evocar, ainda que de um modo necessariamente ultra-rápido e alusivo, feixes de índices históricos, pontos sensíveis nos quais se entrecruzam diferentes níveis.

2.1. O MOMENTO DE UNIFICAÇÃO APARENTE DA LINGÜÍSTICA DOS ANOS 50, sob a forma dominante do funcionalismo, coincide com a retomada do

desenvolvimento industrial de pós-guerra, que necessita da elaboração e da difusão de novos procedimentos tecnológicos nas esferas da produção, da formação profissional, da educação e saúde.

O problema das “comunicações” (que iria se tornar, por deslocamento metafórico, o tema principal das *ideologias do consenso*, foi de início um quebra-cabeça-cabeça para os engenheiros da telefonia: a teoria da informação (Shannon e Weaver) se constitui nesse terreno, em que o *emissor* e o *receptor* são instrumentos antes de serem os sujeitos falantes que os utilizam.

Simultaneamente, os trabalhos de von Neuman confrontam os modelos matemáticos, neuropsicológicos e econômicos da comunicação (ou seja, a transmissão de informação entre parceiros) e desembocam, em associação com Morgenstern, na “teoria dos jogos” (querendo-se uma teoria geral das *interações*, concebidas como troca de informações) (cf. Plon, 1976). A noção de *homeostasia* emerge, assim, enquanto categoria interdisciplinar, visando a dar conta, em termos de circuitos de informação, das regulações comportamentais suscetíveis de caracterizar tanto uma máquina quanto um animal ou um grupo social: a *psicologia behaviorista* (skinneriana e pavloviana) adota o esquema da “caixa preta” como modelo adequado a suas teorias da aprendizagem (enquanto regulação instrumental do jogo das “entradas” e das “saídas” que estruturam o comportamento – e em particular o “comportamento verbal” –); a *cibernética* empreende a construção de mecanismos auto-regulados¹⁰ (o homeostato de Ashby, o percéptron de Seymour Papert e as tartarugas eletrônicas de Grey Walter...) simulando diversos tipos de comportamentos “normais” ou “patológicos”; as *ciências matemáticas* desenvolvem ao mesmo tempo modelos estatísticos e probabilistas destinados a tratar as “mensagens” enquanto fluxo de informação, e teorias formais (derivadas dos trabalhos de Turing) que autorizam a programação de cálculos lógicos (nos primeiros computadores a válvula que carecem de inúmeros andares de um prédio para efetuar aquilo que um microprocessador condensa hoje em alguns mm³!): surgem no horizonte os projetos iniciais de *tradução automática* — que iam se chocar contra a estrutura não-markoviana da sintaxe —, e as primeiras tentativas de *simulação da inteligência* (a noção de inteligência artificial aparece em 1956) visando à construção de dispositivos capazes de raciocinar¹¹.

Sob esse encadeamento de aproximações interdisciplinares que marcou a conjuntura dos anos 50 transparece, em estado embrionário, uma visão utópica de “domínio do mundo”, associada a esse humanismo político das boas intenções que,

¹⁰ O *homeostato* é um mecanismo de retroalimentação que permite alcançar e/ou manter um estado de equilíbrio dinâmico (o termostato, por ex.). Em computação, *percéptron* é uma máquina em estrutura de rede, destinada a simular inteligência artificial, proposta pelo psicólogo Frank Rosenblatt, em 1958. A linguagem LOGO de programação, que encerra uma filosofia de educação no uso do computador, pode ser empregada em laboratórios LOGO para crianças. Uma *tartaruga*, serve, aí, como cursor que indica direção e ângulo em programas para execução de gráficos. (N. do T.).

¹¹ Sobre a demonstração automática de teoremas matemáticos, em particular Newell e Simon.

por exemplo, a UNESCO, desde sua criação em 1946, empenhou-se em difundir: a idéia de uma regulação psicobiocibernética dos comportamentos humanos, individuais e sociais, através da ergonomia, medicina e — sobretudo — educação, aparece como a repercussão última do *esquema funcional da comunicação lingüística*, projetado em um ambiente “científico” em função das afinidades eletivas que acabam de ser evocadas. Essa visão sistêmico-funcional não dispunha na época das condições (biológicas, neurofisiológicas, cibernéticas e informáticas) necessárias à sua realização, mas o projeto estava traçado; quanto ao setor das disciplinas filosóficas e literárias (dominado pela fenomenologia e humanismo existencial), não tinha outra relação com o mencionado projeto que não fosse a não-relação da ignorância distante, a ironia estetizante e a reivindicação dos direitos do “verdadeiro”, do “autêntico”, e mesmo do “poético”... face à Ciência.

Apesar dos esforços excepcionais de lingüistas como Jakobson para unir os dois extremos da corrente e fazer valer o estatuto poético da linguagem humana, baseando a argumentação no próprio terreno do funcionalismo¹², a lingüística dos anos 50 continuou presa nesse fantasma interdisciplinar da comunicação como *regulação funcional controlada*: ela o tinha indiretamente autorizado por antecipação, senão suscitado, ao designar-se ela própria como “funcionalista”.

2.2. O PERÍODO DE 1960-1975 SE CARACTERIZA, AO MENOS NO QUE CONCERNE À FRANÇA E A UMA PARTE DO ESPAÇO DAS CULTURAS LATINAS, POR UMA REESTRUTURAÇÃO GLOBAL da rede de afinidades disciplinares ao redor da lingüística. Foi evocado acima que essa reestruturação, surgida muito bruscamente, tinha-se organizado através do evento estruturalista que marcou o fim da hegemonia filosófica da fenomenologia e do existencialismo (Husserl, Heidegger, Sartre...) e redistribuíra completamente as relações entre as “ciências” e as “letras”: o surgimento da antropologia estrutural, a renovação da epistemologia e da história das ciências, a refusão anti-psicologista do campo psicanalítico, o surgimento de novas formas de experimentação na escrita literária e o relançamento da teoria marxista traduziam simultaneamente essa *virada de conjuntura*, perturbando o sistema das alianças estabelecidas ao redor da lingüística, que aparecia a partir de então como a garantia já parcialmente realizada de uma *Ciência formal do Significante*.

Conceitos tais como os de metáfora, metonímia, cadeia significativa, efeito de sentido etc... estavam em via de se tornarem a base teórica comum de iniciativas de construção crítica, mexendo tanto com as evidências literárias da autenticidade vivenciada quanto com as certezas científicas do positivismo biopsicofuncional.

¹² O ideal de Roman Jakobson foi integrar o todo da lingüística (senão tudo na lingüística). J. C. Milner (“A Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie”, em Milner 1982: 329-337) mostra que nesse desejo da Enciclopédia “trata-se exatamente de outra coisa que não uma vontade de planificação — mesmo se, sob o peso das tecnologias limítrofes, Jakobson pôde, longe da Europa, parecer às vezes ceder nesse aspecto” (p. 335).

“Fundamental foi o desafio intelectual, político e pessoal que surgiu quando as três teorias (psicanalítica, marxista, lingüístico-antropológica) coincidiram, pelo menos por um lapso de tempo bastante breve (Turkle, 1982: 10): o efeito subversivo desse desafio intelectual envolvia a promessa de uma *revolução cultural* recolocando em discussão as evidências da ordem humana como ordem estritamente biossocial. Restituir alguma coisa do trabalho específico da letra, do símbolo, do traço, era começar a abrir uma fenda no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e biomédicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão esse bloco, essa *articulação dual do biológico com o social*, de onde o simbólico é excluído, e esse famoso “sujeito psicológico”, surdo ao significativo, que funde a referida articulação (como a glândula pineal cartesiana harmoniza no homem a substância pensante e a estendida. Designar essa fenda como efeito irredutível da ordem simbólica, era aplicar um golpe contra o narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana, que não cessa de renegociar sua “articulação” entre o nada da inconsciência biológica e a gestão contratual do *si* (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos, em sua relação com o outro-si).

Em resumo: a revolução cultural estruturalista não cessou de fazer pesar uma suspeição bastante explícita sobre o registro do *psicológico* (e sobre as *psicologias* — do comportamento, do eu ou do “sujeito epistêmico” — que se pretendem ser a teoria do mesmo). Essa suspeição não é, portanto, engendrada pela raiva da humanidade atribuída freqüentemente ao estruturalismo; ela traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da *castração simbólica*¹³.

No contexto político da França dos anos 60, o efeito subversivo estruturalista sobrepujou rapidamente o quadro universitário da “produção teórica” e das revistas literárias especializadas; a teoria e a literatura tornavam-se lugares de intervenção ideológica, suscetíveis de afetar, por sua vez, o conjunto do campo sociopolítico: quarenta anos depois do engajamento dos formalistas russos ao movimento revolucionário de outubro, a mesma questão ressurgia (sob novas formas) de um *trabalho do significativo no registro político*, visando a uma outra maneira de *perceber a política*¹⁴.

¹³ Assim como a psicanálise subverte a noção de um eu voluntarista e unitário, sua história foi a de uma idéia subversiva engajada em uma luta contra a normalização. E a tensão entre uma concepção do eu “centrada” e uma outra, “descentrada”, esteve quase sempre no coração da batalha. O conflito entre Lacan e os psicólogos do eu levou essa luta a seu ponto de incandescência. Lacan mobilizou, recorreu ao apoio de duas outras tradições de pensamento, independentes da psicanálise, mas ligadas, como ela, a uma noção descentrada do eu; certamente refiro-me ao estruturalismo e ao marxismo.” (Turkle, 1982: 9).

¹⁴ Nas primeiras páginas de *Lire le Capital*, L. Althusser tocava explicitamente essa questão política, nos termos seguintes: “É a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, assim como falar (e calar-se) quer dizer; que esse “quer-dizer” do falar e do escutar revela, sob a inocência da palavra e da escuta, a profundidade determinável de um duplo fundo, o “quer-dizer” do discurso do inconsciente

Sabe-se como, ao longo do decênio que se seguiu após maio de 1968, essa repetição da “cena primitiva” revolucionária dos anos 20 ruiu progressivamente: o fim do “lacanismo”, a “crise do marxismo” e a irrupção da “nova filosofia” marcaram a nova virada da ideologia francesa. As evidências induzidas pelo que se poderia chamar de a *revolução cultural abortada* dos anos 60 vêm afetar o dispositivo intelectual das Ciências Humanas e Sociais; o esgotamento dos efeitos do movimento estruturalista acarreta para a disciplina que deu seu nome a esse movimento, uma reconfiguração de seu dispositivo de sustentações epistemológicas.

2.3. O PARADOXO DESSE COMEÇO DOS ANOS 80, é que o desmonte do estruturalismo político francês¹⁵ (que, todavia, continua a produzir efeitos, notadamente no espaço latino-americano), coincide com um *crescimento da recepção* dos trabalhos de Lacan, Barthes, Derrida e Foucault no domínio anglo-saxão, tanto na Inglaterra e Alemanha quanto nos Estados Unidos. Assim, por um estranho efeito de oscilação, no momento preciso em que a América descobre o estruturalismo¹⁶, a intelectualidade francesa “vira a página”, desenvolvendo um ressentimento maciço com relação às teorias, suspeitas de terem pretendido falar *em nome das massas*, produzindo-se uma longa série de gestos simbólicos ineficazes e de performativos políticos malsucedidos. Esse ressentimento é um efeito de massa vindo “de baixo”: uma espécie de contragolpe ideológico que obriga a refletir e que não poderia ser confundido com o covarde consolo de numerosos intelectuais que *reagem* ao descobrir, mais tarde, que “a Teoria” os havia “intimidado”!

A grande força dessa revisão crítica é a de colocar impiedosamente em questão os orgulhos teóricos no nível em que o estruturalismo político havia pretendido construir sua relação com o Estado (e, singularmente, com o Partido-Estado da revolução!), e de obrigar os olhares a se voltarem em direção ao que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, lá onde, de modo particularmente vivo em época de crise econômica, circula a linguagem da urgência: “O homem, ao longo dos milênios, continuou a ser o que era para Aristóteles: um animal vivo, além de capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal em cuja política sua vida como ser vivo é

— esse duplo fundo do qual a lingüística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e as condições formais”. (p. 14-15).

¹⁵ O termo “estruturalismo político” designa aqui, essencialmente, o relançamento althusseriano da teoria marxista, mas não pretende localizar ao mesmo tempo o *político*; o movimento estruturalista contribuiu, em seu conjunto, com a ampliação do político: se “tudo é político”, as questões *explicitamente* políticas (em particular aquelas que se formulam no espaço das estratégias de conquista ou de manutenção do poder de Estado) devem ceder em seus privilégios.

¹⁶ Vinte anos de defasagem entre o fenômeno e sua “recepção” nos Estados Unidos: o tempo em que a origem do fenômeno cessa de se mover, para se tornar um objeto intelectual consumível? Já foi esse o caso da fenomenologia husserliana e o existencialismo, “recebidos” nos Estados Unidos a partir dos anos 60.

posta em questão” (Foucault, 1976: 188).

Em história, sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente o cuidado de se colocar em condição de ouvir esse discurso, freqüentemente silencioso, da urgência nas decisões dos mecanismos da sobrevivência: trata-se, além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado) de se colocar à escuta das circulações cotidianas tomadas no comum do sentido (cf., por exemplo, de Certeau, 1980).

Simultaneamente, o risco que comporta esse mesmo movimento é bastante evidente: é aquele que consiste em seguir a linha de maior inclinação ideológica e em conceber esse registro do ordinário do sentido como um *fato de natureza psicobiológica*, anterior a toda ordem simbólica e independente dela.

É nessa tendência que, em nome da superação de Freud, Saussure e do estruturalismo, engaja-se hoje na França uma parte da inteligência “moderna” das ciências humanas e sociais no momento em que (colaborando aí, entre outros fatores, a recepção dos estruturalismos), uma — pequena — fenda se entreabre no behaviorismo funcional da ideologia científica internacionalmente dominante. Sob a pressão de uma espécie de populismo da urgência, a aspiração por pedagogias e tecnologias eficazes renasce, contornando o fato estrutural da castração simbólica, e restabelecendo o bloco biossocial do animal-humanidade.

Bem entendido, com o ressurgimento triunfante da glândula pineal psicológica: “No começo dos anos 60, Alain Resnais, com *O ano passado em Marienbad* articulava um filme sobre metáforas tais como espelhos no interior de espelhos e a manipulação simbólico-matemática de fósforos. O título desse filme se tornou sinônimo de uma concepção do homem que valorizava a complexidade do simbólico e não a simplicidade do instinto. Vinte anos mais tarde, em *Meu tio da América*, a metáfora central é aquela do rato de laboratório de comportamento pré-programado, condicionado e condicionável. Nesse filme, a “voz da autoridade” é a do biólogo Henri Laborit. A versão da sociobiologia que ele apresenta não apenas rejeita o simbólico em favor de uma causalidade mais biológica, mas vai além e desemboca em uma teoria análoga à psicologia do eu: com um esforço consciente, podemos utilizar nosso conhecimento dos processos instintivos com o propósito de dominá-los. O círculo se fecha novamente, retornamos ao voluntarismo. E esse não passa de um pequeno exemplo, entre outros (Turkle, 1982: 11).

Assim, por um “estranho destino das idéias”, 1980 repetiria 1950, como 1960 tinha repetido 1920? Com efeito, a idéia de um simples giro histórico, reconduzindo hoje a configuração epistemológica dos anos 50, é profundamente inadequada: a evolução tecnológica acelerada, nos domínios da eletrônica, da informática e da cibernética, sustentada pela emergência de novas “demandas sociais” (da robótica aos bancos de dados), os recentes progressos da pesquisa biomédica — em particular da genética e da neurofisiologia —, a reorientação “cognitivista” da psicologia experimental (a passagem tranqüila de Skinner a Piaget) e seu embasamento nos progressos “sofisticados” da lógica formal,

contribuem para estruturar, mediante troca de “modelos” entre os especialistas do cérebro, os teóricos dos sistemas e os construtores de robôs, um *espaço bem mais coerente do que em 1950*, e no qual as fantasias de domínio biossocial podem se dar livre curso, ao superar o nível embrionário dos projetos utópicos.

Ainda mais que a pressão populista da urgência, que acaba de ser evocada, fornece na ocasião uma base ideológica e uma justificativa “democrática” às fantasias em questão¹⁷. Se for acrescentado que, por sua vez, a pesquisa filosófica francesa parece finalmente levar a sério a existência do empirismo lógico, do qual ela sempre se mantinha distanciada (de Bergson a Sartre e além, na esquerda marxista, a ignorância substituíu o argumento!) pode-se avaliar a que ponto a situação mudou: junto aos programas de pesquisa interdisciplinares, em inteligência artificial e no processamento da informação, um novo sistema de alianças está se formando, no qual uma certa concepção da lingüística é convidada a assumir seu lugar, com a única condição que aceite tratar o simbólico como um sinal e a linguagem como um instrumento lógico. Quer dizer, no fundo, sob condição de que a lingüística reconheça a psicologia como nova ciência-piloto do setor, epistemológica e politicamente acima de qualquer suspeita.

Ora, uma tal concepção da lingüística existe; ela até se fortaleceu bastante entre inúmeros lingüistas, a partir do momento em que a epistemologia chomskyana explicitou seus pressupostos iniciais, sustentando que a língua é um “órgão mental” e que, conseqüentemente, a lingüística é um ramo da psicologia (ver, acerca desse ponto, J. C. Milner, “Linguistique, biologie, psychologie”, em Milner, 1982: 302-317.).

Que disso resulte para a pesquisa lingüística uma forclusão tendencial da ordem simbólica (no sentido em que o materialismo estrutural se dedicou a construir seu conceito), é claro que isso não tira o sono de muita gente!¹⁸. Além disso, é preciso reconhecer que o evento estruturalista, por diferentes razões já evocadas, surtiu poucos ou nulos efeitos sobre o desenvolvimento efetivo da lingüística posterior a 1960, e da GGT, em particular. Apesar da redistribuição das alianças teóricas, privilegiando a referência às ciências matemáticas em relação à física e à biologia, e contornando, no interior mesmo das ciências matemáticas, o que se pode chamar de “as ciências matemáticas de serviço” (as estatísticas qualitativas, por exemplo) para se aproximarem das *escritas algébricas, lógicas ou topológicas*, as “lógicas do significante” inspiradas pelo materialismo estrutural quase não tiveram influência sobre a evolução da teoria sintática gerativo-transformacional, cada vez mais derivando em direção a uma interpretação psicológica da semântica, da enunciação e da pragmática: como se tratasse sempre de

¹⁷ Justificaria elucidar as relações complexas entre o reducionismo cientista (tratando o sujeito humano como o animal mais complexo), as ideologias do cotidiano prático e as diversas raízes históricas do populismo, cuja reemergência atual constitui uma jogada política maior.

¹⁸ Sobre a existência do simbólico como lugar de uma divisão entre a lingüística e a psicologia, ver, igualmente, Gadet & Haroche & Henry & Pêcheux (a ser publicado).

“restabelecer na plenitude de seus direitos e deveres a um sujeito senhor de si mesmo ou pelo menos responsável por sua opções. Assim, o universo pode girar sob a música das esferas, nas mãos do gênero humano, restabelecido do inqualificável ferimento que poderia constituir a suposição de que a língua, ou alguma coisa dela, lhe escapa” (Milner, 1982: 126-7).

3. “A LINGUAGEM É JUSTAMENTE O QUE HÁ DE MAIS PARADOXAL NO MUNDO, E INFELIZES SÃO AQUELES QUE NÃO PERCEBEM ISSO” (AINDA BENVENISTE!).

Falar de uma tendência à “desconstrução das teorias lingüísticas” supõe adotar um certo ponto de vista, do tipo daquele que aqui se sustenta.

Se, ao contrário, considera-se que o episódio estruturalista essencialmente desviou a pesquisa lingüística de seus objetivos (particularmente na França), é *agora* que a disciplina se acha em plena fase de expansão e construção: o incidente está encerrado, retornou-se ao bom caminho...mais um esforço para atingir o nível internacional do positivismo biopsicofuncional.

Porém, mesmo desse ponto de vista, diversos “roteiros” epistemológicos se revelam possíveis, segundo a relação pressuposta entre o *biológico* e o *social*: a lingüística tem escolha entre a fragmentação e a integração.

3.1. Em resumo, o roteiro da fragmentação implica a dissociação institucional entre uma lingüística do cérebro e uma lingüística social.

As conexões atuais da biologia — com a psicologia experimental (através da neurobiologia, neurofisiologia, psicofisiologia e etologia, a análise e a síntese da voz, a psicolingüística e as construções de lógica natural), com a inteligência artificial (cibernética, robótica, estudos do “diálogo homem-máquina”, análise de cenas) e com as ciências do processamento da informação — tendem a formar um espaço de acolhimento para uma lingüística do cérebro, segundo a qual o sistema nervoso humano, munido de suas “entradas” (auditivas e visuais) e suas “saídas” (fonatórias e gestuais), representa o *hardware* — a base material — de um sistema multifuncional, no interior do qual as línguas naturais constituiriam uma *classe de aplicativos*, entre outros. Essa posição extremista, que não deixa de receber apoios ativos na Universidade e no CNRS¹⁹, levaria normalmente a incorporar a lingüística do cérebro ao setor das Ciências da Vida, deixando para os diferentes segmentos das

descrições lingüísticas de campo, das sociolingüísticas e das sociologias da linguagem toda liberdade de se consagrar ao estudo dos aspectos lingüísticos do “tecido social” no espaço das ciências humanas e sociais.

¹⁹ Centro Nacional de Pesquisas Científicas (N. do T.).

3.2. Mas as repercussões previsíveis de uma tal dissociação, colocando a lingüística social em posição dominada e marginal, tornam finalmente esse primeiro roteiro bem pouco plausível: a idéia de uma integração da lingüística social e da lingüística do cérebro em uma teoria biossocial de funções de comunicação pode seduzir mais por sua aparência de compromisso epistemológico; basta, para isso, supor, como toda a tradição funcionalista aí sugere, a presença maravilhosa, no entrecruzamento do espaço sociopolítico e do universo das máquinas de retroação, da “glândula pineal psicológica”, ou seja, do sujeito dono de si-mesmo e responsável por suas escolhas, adaptado a um mundo biossocial normal²⁰.

Os desenvolvimentos atuais das teorias pragmáticas rumo a uma sociologia das interações, supondo atos de linguagem indiretos, cálculos de inferência e a colocação em jogo de máximas de apreciação e de ação, não se inscrevem massivamente nessa tendência?

— Por que você voltou tão tarde ontem à noite?” perguntou Maggie brutalmente.

— Fui ao boliche”, respondeu Scott Robertson, seu marido, indiferente à provocação.

Maggie retomou, pérfida: “Eu pensava que você tinha horror ao boliche...”

— Quando acompanhado, não...”

— E eu, eu não sou companhia?

Scott se defendeu indolentemente:

— Não é a mesma coisa.

— É claro, porque você não pode encontrar mulheres em casa!”

A cena doméstica teria sido das mais clássicas se essa americana ciumenta não tivesse a fisionomia fria de um terminal de computador, e ainda por cima, mudo.

Maggie é um programa de computador que faz o papel de uma esposa azeda e preocupada em dominar seu suposto marido...²¹

Da análise das trocas verbais suscitadas pelo rito da refeição no restaurante, até à transformação das fábulas de La Fontaine em roteiros actanciais (cf. Sabah & Rady & Soquier & Berthelin, 1981), o projeto de uma incorporação das “funções de comunicação” em uma sêmio-lógica interacional deve ser levado bastante a sério: ele já se acha em processo.

²⁰ Para se situar entre as máquinas eletrônicas e os mecanismos sociais, há sempre o recurso à norma comportamental como critério definicional: em um universo de brinquedos que não correspondem mais à definição clássica do objeto (posto que eles “falam” e simulam “emoções”), as crianças são obrigadas a traçar novas fronteiras para definir sua identidade: “as pessoas, são aquelas que vão ao restaurante e que têm uma família”, acabou respondendo uma menina americana em uma recente enquête sociológica do MIT.

²¹ Extraído de “L’intelligence artificielle est déjà née”, seção “Sciences” do n° 2-8 de abril de 1982, da revista *l’Express*, p. 101.

3.3. A consequência bastante evidente dessas duas hipóteses que acabam de ser evocadas é que — seja qual for a relação entre a lingüística do cérebro e a social — a própria idéia de se interrogar sobre o estatuto da ordem simbólica e da castração como fato estrutural parece aqui estritamente incongruente. Essa incongruência assinala o lugar deixado em uma tal perspectiva para uma reflexão que pretende continuar a fazer valer, no espaço da pesquisa lingüística, o jogo mallarmeano dos significantes, a incidência inconsciente do *Witz*²² e de tudo aquilo que, da língua, escapa ao sujeito falante: o lugar de um entreato engraçado na seriedade da ciência, o de uma espécie de *domingo poético pensante*.

O registro do literário e do poético voltaria a ser aquilo que aos olhos de alguns jamais deixou de ser, apesar dos trabalhos de Jakobson, Benveniste, Barthes, Kristeva e alguns outros: um luxo aristocrático para o tempo de paz, que deve saber esvanecer-se diante da pressão lógica da urgência.

Que “o próprio da língua” possa assim tornar-se um objeto residual da pesquisa lingüística dá um sentido preciso à noção de desconstrução teórica tal como desenvolvida aqui.

Ninguém sonha em negar que existem diversas séries de *universos discursivos logicamente estabilizados*, inscritos no espaço das ciências matemáticas e das ciências naturais, naquele das tecnologias industriais e biomédicas, e na esfera social dos dispositivos de gestão-controle administrativos. É claro que a construção histórica de tais universos só foi possível com o apoio de algumas propriedades das línguas naturais, autorizando operações de esquematização, dicotomização, cálculo lógico, etc..., permitindo a manipulação de metalínguas aptas a representar, de maneira não ambígua, o conjunto dos “estados de coisa” possíveis, inerentes ao micromundo suposto por uma tal manipulação: em tais universos discursivos, toda ambigüidade comporta, com efeito, um risco “mortal”, e é precisamente a existência desses múltiplos espaços da urgência (envolvendo um funcionamento de pedagogias de todos os tipos) que garante massivamente o apoio atual da reflexão lingüística sobre os conceitos lógicos, semânticos e pragmáticos, importados dessa série de universos.

Porém — salvo se for considerada a funcionalidade biossocial como um fato universalmente realizado — é imperioso reconhecer que toda língua natural é também, e antes de tudo, a condição de existência de *universos discursivos não estabilizados logicamente*, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética. Nessa segunda categoria de universos discursivos, a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável: o jogo das diferenças, alterações e contradições não pode ser aí concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: “A heterogeneidade constitutiva” da língua não se confunde com a manipulação ostentatória da “heterogeneidade mostrada” (cf. a respeito os trabalhos de J. Authier sobre esse ponto, particularmente Authier-Revuz, 1982).

²² Chiste (cf. teoria freudiana) (N. do T.).

Desde então: não ceder nesses dois artigos (de “fé arrazoada”) que enuncia J. C. Milner:

“— nada que existe na poesia é estranho à língua

— nenhuma língua pode ser pensada completamente, se não tiver aí integrada a possibilidade de sua poesia” (J. C. Milner, “A Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie”, em Milner, 1982: 336)

impõe à pesquisa construir processos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o *fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem simbólica*, ou seja, de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos mundos normais”.

O objeto da lingüística (o próprio da língua) surge assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e aquele das transformações do sentido, que escapa a toda norma atribuível *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado na repetição indefinida das interpelações²³.

A fronteira entre os dois espaços é difícil de determinar, ainda mais que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (dependente do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam ao redor dessa fronteira: o que assegura sua eficácia é precisamente a possibilidade que oferecem de especular com as aparências lógicas, para “fazer pensar” melhor os deslizamentos do sentido.

²³ Essa divisão repercute em nível da vontade política; no primeiro espaço, o desenvolvimento das novas tecnologias (informática, engenharia biomédica, telecomunicações) constitui um dos maiores triunfos da estratégia econômica governamental para sair da crise: com a restrição de um controle dos efeitos neotaylorianos dessa “revolução tecnológica”, os objetivos são politicamente claros e socialmente pouco contestáveis. Porém, com referência ao segundo espaço, emerge também, face ao “imperialismo financeiro e cultural” das grandes indústrias da comunicação, a vontade política de uma resistência à uniformização dos modos de vida, das formas de pensamento e de expressão (cf. a recente declaração do ministro J. Lang na UNESCO e, em outro plano, a decisão de criar um Colégio Internacional de Filosofia).

Em cada um desses dois espaços a vontade política tem excelentes razões; mas não se trata de mundos separados, como mostra, por exemplo, a questão do processamento dos “dados textuais”, que constitui um dos casos-limites em que está envolvida a lingüística. Se o contato inevitável entre os dois espaços dever-se-ia consolidar através de uma “transferência tecnológica” dos conceitos, programas, metalínguas lógicas e procedimentos do primeiro espaço em direção ao segundo, que lugar sobriaria à incontornável ambigüidade das línguas naturais, aos limites de transparência de todo pensamento, ao surgimento do sentido como evento imprevisível e não-reproduzível?

Aceitar o desafio implica em não ceder no tocante ao “próprio da língua” — propiciando-se, se for o caso, os meios para se confrontar com tecnologias provenientes do primeiro espaço, para conseguir reorientá-las, para arriscar, nesse campo também, novos caminhos que resistam à inclinação natural da transferência tecnológica dominante. Contentar-me-ei em evocar o caso que conheço melhor: aquele da construção de algoritmos informatizados, no campo da análise de discurso. Haveria, sem dúvida, muitos outros exemplos.

3.4. Esse caráter oscilante e paradoxal do registro ordinário do sentido, em que os dois espaços se interpenetram, parece ter escapado completamente à intuição filosófica do movimento estruturalista: designar imediatamente “a sociedade”, “a ideologia”, as formas do “empirismo prático”, etc... como o ponto cego de uma pura reprodução do sentido, era ao mesmo tempo validar a idéia de que o momento de sua transformação no jogo dos deslocamentos simbólicos é um *momento excepcional* — o momento heróico solitário do teórico ou do poético (Marx/Mallarmé) como trabalho *extraordinário* do significante.

Essa concepção aristocrática, atribuindo-se de fato o monopólio do segundo espaço (aquele das discursividades não estabilizadas logicamente) permanecia presa, mesmo através de sua reviravolta “proletária”, na velha certeza elitista que reza que as classes dominadas jamais inventam nada, porque elas estão por demais absorvidas pelas lógicas do cotidiano: em suma, os proletários, as massas, o povo... teriam uma tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos da ordem simbólica não lhes concernem!

Nesse ponto preciso, a posição teórico-poética do movimento estruturalista é insuportável. Por não terem discernido em que o humor e o traço poético não são o repouso do pensamento, mas que pertencem à competência fundamental da inteligência política e teórica, ela havia cedido antecipadamente diante do argumento populista da urgência, visto que implicitamente partilhava com ele o pressuposto essencial.

Sabe-se que as diversas correntes estruturalistas negligenciaram quase completamente as pesquisas anglo-saxônicas sobre a linguagem comum, os problemas desencadeados pela análise das conversações e, em geral, dos eventos discursivos “cotidianos”, sob pretexto de que os teóricos que os abordaram (na linha dos trabalhos de J. L. Austin) não cessaram de manifestar uma notável indiferença a tudo o que se refere ao registro do inconsciente. Mas nada prova que se trate aí de uma implicação necessária: pesquisas recentes testemunham brilhantemente até o contrário — por exemplo, o trabalho de Shoshana Felman (1980), que aborda de frente as relações entre a teoria dos atos de linguagem e a psicanálise, de Freud a Lacan. As perspectivas abertas à reflexão lingüística pela releitura pós-estruturalista de Wittgenstein vão no mesmo sentido: aquele de uma desconstrução das evidências do sujeito psicológico, no campo em que elas estão melhor instaladas.

Evocar, como se fez aqui, o risco de uma “des-construção das teorias lingüísticas” não visa portanto a fazer planar uma suspeição geral sobre o fato que hoje muitos lingüistas concentram seus esforços na pragmática e na enunciação (com que direito, aliás, uma tal suspeição?), mas somente a interrogar a modalidade dominante sob a qual se desenvolve esse novo interesse: se em tais matérias o lingüista cede de antemão tudo à psicologia do sujeito senhor de si e responsável por suas escolhas, o que resta do *real da língua* enquanto ele “faz irrupção pelo real de uma falta” (Milner, 1982: 337)?

O que é, então, esse objeto, que Saussure erige sobre a tábula rasa de todas as noções recebidas? Tocamos, aqui, no que existe de primordial na doutrina saussuriana... esse princípio é que a *linguagem*, sob qualquer ponto de vista que se possa estudá-la, *é sempre um objeto duplo*... (Benveniste, 1966: 40).

Princípio simétrico de dualidade ou desdobramento equívoco assimetrizante, a noção de *duplo* oscila entre a “felicidade pela simetria”, para a qual tendeu Jakobson, e o drama da beância sob cada palavra, que não cessou de perseguir Benveniste. J. C. Milner caracteriza essa oscilação no caso da enunciação:

“Lá, onde Benveniste via como os estigmas na língua daquilo que lhe é radicalmente outro — pronomes pessoais, tempos verbais, performativos — Jakobson constrói uma teoria dos “embriantes”, pela qual tudo se constitui em quadro simétrico, dedutível de uma propriedade previsível. É suficiente para isso que em lugar da subjetividade que Benveniste institui como uma beância não simetrizável na língua se coloque o termo *mensagem*, tomado em uma oposição regular ao termo código (Milner, 1982: 336).

E é aí que Milner, aproximando Benveniste de Saussure, comenta esse assombro, já evocado, que se apodera do genebrino face a suas próprias descobertas:

“Ainda mais singularmente, Saussure pensou perder sua reputação de estudioso por ter acreditado reconhecer anagramas. Jakobson os encontra e os adapta de tal modo que aí nada se lê além das vias elegantes de uma razão poética” (Milner, 1982: 336).

Entre a *simetria* (através da qual o outro aparece como o reflexo do mesmo, via uma regra de conversão) e o *equívoco* (no qual a identidade do mesmo se perturba, altera-se do interior), o paradoxo da língua atinge a ordem da regra duas vezes: pelo jogo nas regras e pelo jogo sobre as regras.²⁴

Pensar a língua como simples *jogo nas regras* arrisca sempre recobrir o próprio espaço daquilo que regra o real da língua, substituindo-lhe regras (bio-) lógicas de engendramento das arborescências sintáticas, restringidas pela semântica de “sistemas de conhecimentos” (discursivamente estabilizados em relações temáticas e em formas lógicas), ou das *regras de jogos de linguagem translingüísticas* a partir das quais o registro social do programático e do enunciativo escaparia presumidamente ao “próprio da língua”, desmascarando assim o estatuto fictício desse último.

Tentar pensar a língua como espaço de regras intrinsecamente capazes de jogo, como *jogo sobre as regras*, é supor na língua uma ordem de regra que não

²⁴ Retomo aqui as formulações de F. Gadet, inscritas numa reflexão sobre a língua como espaço de regras atravessado por falhas. Cf., por exemplo, “fraudar a língua” (Gadet, 1981: 117- 126) onde ela propõe conceber a regra “como comportando em seu próprio princípio um espaço de jogo: no sentido de um jogo de criança ou de sociedade, mas pode ser também do jogo de um músculo ou do jogo de um mecanismo” (p. 214).

é nem lógica nem social: é levantar a hipótese de que a sintaxe como espaço especificamente lingüístico não é nem uma máquina lógica (um sistema formal autônomo, exterior ao lexical, ao semântico, ao pragmático e ao enunciativo) nem uma construção fictícia de natureza metalingüística (reduzível a efeitos de poder inscritos em um domínio que supostamente governa o discurso escrito).

Nessa perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, aquilo que atinge melhor ao próprio da língua enquanto ordem simbólica, na condição de dessimetrizar o corpo das regras sintáticas ao construir aí os efeitos discursivos que o atravessam, os jogos internos desses “espelhamentos” léxico-sintáticos através dos quais toda construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra, no momento mesmo em que uma palavra se introduz sob uma outra²⁵.

Ao invés de celebrar ou chorar a volatilização do real da língua, tratar-se-ia então de pensá-la como um corpo atravessado por falhas, ou seja, submetido à irrupção interna da falta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTHUSSER, L. *Lire Le Capital*. Paris: Maspero. 1965.
- AUTHIER-REVUZ J. *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. DRLAV, *Revue de linguistique* 26 (1982) 91-151.
- BENVENISTE, E. *Saussure après un demi-siècle*. In: B', R', *Problèmes de Linguistique Générale*. - Paris: Gallimard, 1966.
- CERTEAU, M. de, *L'invention du quotidien*: UGE 1980 (: 10/18.1365).
- CULIOLI, A. *La formalisation en linguistique*. *Cahiers pour l'analyse* 9 (1968) 106-117.
- FELMAN, A. *Le scandale du corps parlant, Don Juan avec Austin ou la séduction en deux langues*. Paris: Seuil, 1980.
- FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- GADET, F. *Tricher la langue*. In: *Matérialités discursives*. Ed. B. Conein et alii. Lille: PUL 1981, p. 117-126.
- GADET, F. & HAROCHE, Cl & HENRY, P. & PÊCHEUX, M. *Note sur la question du langage et du symbolisme en psychologie*. (*Fundamenta Scientiae*).
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.

²⁵ A noção de “espelhamento” léxico-sintático foi introduzida em análise de discurso por J. M. Marandin. Cf. “Linguistique et algorithmes textuels”, comunicação no Colóquio Internacional de Informática e Ciências Humanas, Liège, novembro de 1981.

- GADET, F. & PÊCHEUX, M. *La linguistique hors d'ell-même; l'histoire, absolument*. - *L'histoire des sciences humaines, pourquoi et comment?* Nanterre, 1980 (Mimeo: 1981).
- GRUNIG, B.-N. *La clôture chomskyenne*. Paris: Centro de Pesquisas da Universidade de Paris VIII 1981. = DRLAV. *Revue de linguistique* 24.
- HAROCHE, Cl. & HENRY, P. & PÊCHEUX, M. *La linguistique et la coupure saussurienne: langue, langue, discours*. - *Langages* 24 (1971), p. 93-106.
- MARANDIN, J. M. *Linguistique et algorithmes textuels*. (Colóquio Internacional de Informática e Ciências Humanas, Liège, 1981.).
- MILNER, J. C. *L'amour de la langue*. Paris: Seuil, 1976.
- MILNER, J. C. *Ordres et raisons de langue*. Paris: Seuil, 1982.
- PLON, M. *La théorie des jeux: une politique imaginaire*. Paris: Maspero, 1976.
- SABAH, G. & RADY, M. & SOQUIER, L. & BERTHELIN, J. B. *Un système modulaire de compréhension d'histoires racontées en français*. - *T. A. Informations* 22, 2 (1981), p. 3-33.
- TURKLE, S. *La France freudienne*. Paris: Grasset, 1982.